

# Mortalidade juvenil na América Latina: evidências demográficas e desafios políticos

Joice Melo Vieira<sup>1</sup>  
Tirza Aidar<sup>2</sup>

A transição demográfica foi uma das mais importantes mudanças sociais vivenciadas pela América Latina no século XX (GUZMÁN et al., 2006). Apesar das especificidades nacionais e dos diferentes *timings* de cada localidade ou subgrupo populacional, é inegável que a transição demográfica avançou a uma velocidade muito mais acelerada na América Latina do que nas regiões mais desenvolvidas do mundo. A mortalidade deu sinais de declínio desde a primeira metade do século XX, enquanto a transição da fecundidade roubaria a cena na segunda metade daquele século. Na maioria dos países latino-americanos, a taxa de fecundidade total está situada hoje entre 2 e 3 filhos por mulher, ou nem isso, como é o caso do Brasil e do Chile, que já sustentam fecundidade abaixo do nível de reposição.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que está emergindo, ou já emergiu conforme o caso, um novo regime demográfico fundado em unidades familiares pequenas, forte controle da fecundidade, expectativa de vida que se alarga ano a ano e crescimento demográfico que paulatinamente tende à estabilidade, ou mesmo ao declínio em longo prazo. A consequência lógica e esperada de tudo isso é uma completa reconfiguração da estrutura etária da população e o progressivo envelhecimento populacional.

Por um período de tempo relativamente curto – que deve durar ao redor de três décadas conforme o país –, grande parte da região estará vivendo o processo conhecido como “dividendo demográfico”, ou “bônus demográfico”, caracterizado justamente pela redução da proporção de crianças em decorrência da diminuição da fecundidade, sem que a proporção de idosos seja ainda muito grande. Se bem aproveitado, este momento pode representar uma “janela de oportunidades”, facilitando a poupança e o aumento da capacidade de produção de um país, a julgar pela proporção mais elevada da população concentrada em idades produtivas, quando normalmente a carga de dependência de apoio e proteção do Estado costuma ser menor do que em outras faixas etárias.

<sup>1</sup> Departamento de Demografia (IFCH/Unicamp) e Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp), Brasil, [jmvieira@nepo.unicamp.br](mailto:jmvieira@nepo.unicamp.br)

<sup>2</sup> Departamento de Demografia (IFCH/Unicamp) e Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp), Brasil, [tirza@nepo.unicamp.br](mailto:tirza@nepo.unicamp.br)

O bônus demográfico é considerado, por muitos, um período propício à aceleração do crescimento econômico e ao investimento em capital humano. Assim, o principal desafio latino-americano, nestes próximos anos, é maximizar as vantagens desta situação demográfica única, gerando empregos formais, aproveitando o potencial produtivo da população e ampliando a riqueza material e imaterial dos países.

Entretanto, trajetórias jovens marcadas pela marginalização e precariedade afetam diretamente a capacidade dos países de aproveitarem os potenciais efeitos benéficos do bônus demográfico. Analisando o impacto das mortes por causas violentas na juventude, Cerqueira e Moura (2013) revelam que a expectativa de vida masculina ao nascer em alguns estados brasileiros, por exemplo, poderia ser quase três anos maior se fossem eliminadas as mortes por causas violentas. O custo econômico destas mortes, mensurado por meio da estimativa da capacidade de produção e consumo destas pessoas, representa uma redução de 1,5% do PIB nacional.

Já não temos tantas crianças como antes e, prudentemente, já nos preocupamos com os velhos de um futuro não muito distante. Mas a brecha entre as crianças do passado e os idosos do futuro é preenchida hoje por uma massa de jovens e adultos jovens que demandam empregos e serviços, para os quais as sociedades ainda não parecem olhar com a devida atenção. Muitas vidas ainda são desperdiçadas, seja porque não lhes foi garantida uma educação razoável ou trabalho decente, seja pela ainda alta incidência da mortalidade precoce. No entanto, neste trabalho, vamos tratar estritamente daquelas vidas de jovens desperdiçadas da forma mais brutal que existe: os homicídios.

Ironicamente, avançamos muito em matéria de mortalidade infantil para perder estes indivíduos mais à frente na adolescência ou juventude. Considerando novamente o caso brasileiro, Camarano et al. (2003) estimaram que 3,8% dos rapazes de 15 a 24 anos estavam morrendo antes de completar 25 anos em princípios do século XXI, vítimas de acidentes, homicídios ou suicídio. O jovem que morre precocemente por causas violentas, sobretudo por homicídios, guarda as mesmas características sociodemográficas da criança que outrora morria antes de completar um ano de vida: pobre, não branco e residente em áreas com infraestrutura urbana precária. Apesar disso, documentos internacionais, como o Plano de Ação do Cairo e os Objetivos do Milênio, ainda não conferem à mortalidade juvenil a mesma atenção dedicada à mortalidade infantil.

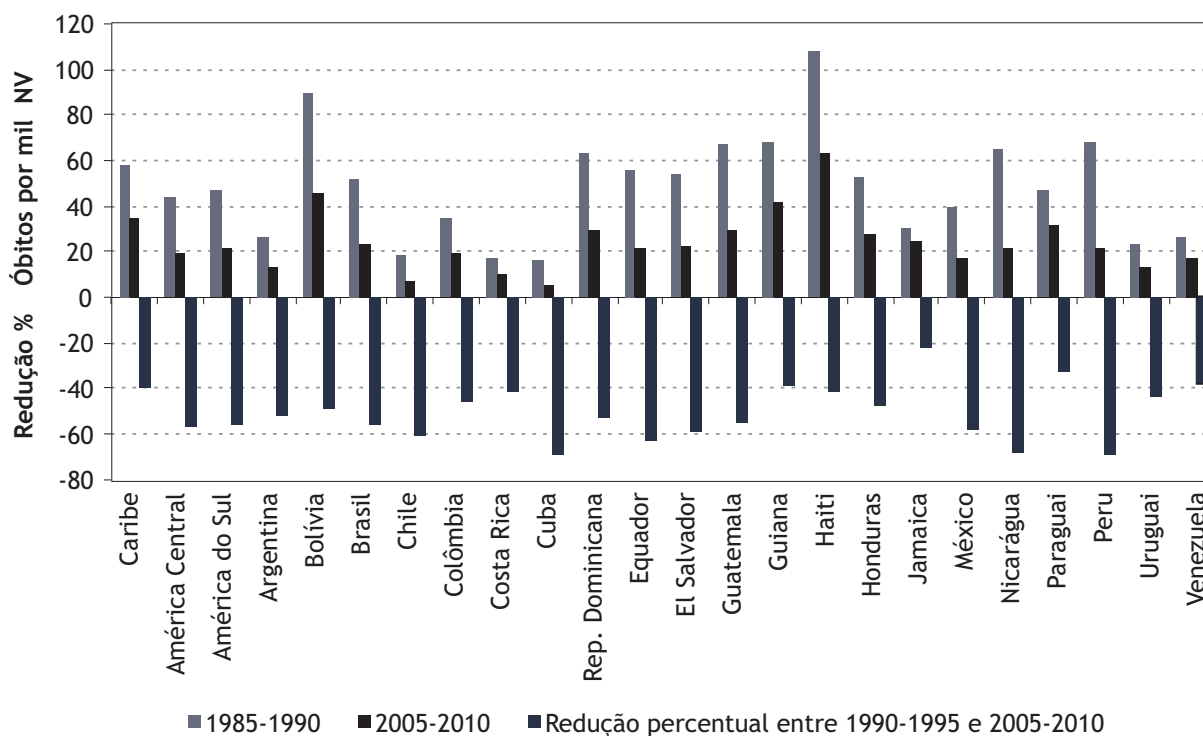
### **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994): êxitos e silêncios**

De acordo com o relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), os três principais consensos construídos a partir do Cairo para nortear políticas nacionais foram: a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar.

A plataforma de ação do Cairo apresenta expressamente um plano de metas a serem alcançadas no que diz respeito às mortalidades infantil e materna. Nele, fixou-se o

objetivo de reduzir em um terço as taxas de mortalidade infantil. Sem dúvida, a partir de então vivemos um ciclo virtuoso para a maior parte dos países da região no que se refere à mortalidade infantil, ao menos quando se consideram os dados agregados em escala nacional. A maioria dos países, com exceção da Jamaica, havia reduzido em mais de 30% a mortalidade infantil no primeiro ano de vida até o final da primeira década do século XXI (Gráfico 1).

Gráfico 1  
Evolução da mortalidade infantil  
Países da América Latina – 1985-2010



Fonte: United Nations (2011).

Ainda que a mortalidade juvenil não esteja entre as principais preocupações da Plataforma do Cairo, crianças e jovens são mencionados especialmente no Capítulo V, que versa sobre a família, e no Capítulo VI, dedicado ao crescimento e estrutura da população. Entretanto, a forma como esta menção é feita é passível de críticas:

- crianças, adolescentes e jovens são tratados por vezes como um grupo monolítico e homogêneo, sem o devido reconhecimento das diferenças caras a cada um destes subgrupos populacionais, dos seus diferentes graus de autonomia, necessidades, capacidades e desejos;
- apesar da centralidade das questões de gênero no documento, a apropriação deste debate parece canalizada estritamente para o objetivo final de redução da fecundidade e do crescimento populacional, sem estimular uma discussão ampliada sobre o que entendemos por desenvolvimento e por direitos fundamentais que pré-condicionam o desenvolvimento;
- afrontar as inequidades de gênero, na prática, exige algo mais do que empoderar as meninas. É também livrar os meninos de um ideal de masculi-

nidade difícil de ser alcançado e mantido. O documento faz uma opção clara pelas meninas, quando equidade seria apoiar também os meninos em suas dificuldades específicas. Para promover o desenvolvimento humano de ambos é necessário atentar para particularidades do curso de vida feminino e masculino impostas culturalmente. O *gap* educacional favorável aos homens não é, ou ao menos não deveria ser, menos preocupante do que o *gap* educacional favorável às mulheres que observamos hoje em muitos países latino-americanos. O documento negligencia totalmente as situações de *gap* educacional invertido. A educação, de qualidade, serve não apenas para reduzir a fecundidade, empoderar e estimular a independência financeira e emocional das mulheres, mas também para reduzir conflitos violentos, uma vez que oferece às pessoas a possibilidade de desenvolver sua capacidade de verbalização como alternativa à força bruta;

- o texto permite interpretações que conduzem a uma visão restritiva do gênero quase como sinônimo de mulher. Em temas como a mortalidade juvenil, as especificidades masculinas também precisam ser reconhecidas e analisadas detidamente. Entretanto, este tópico está totalmente ausente. Apesar de toda a centralidade conferida ao gênero no documento do Cairo, a mortalidade juvenil – que acomete muito mais rapazes do que moças – não parece ter mobilizado tanto quanto outras temáticas caras aos estudos de gênero, como a gravidez na adolescência ou a autonomia socioeconômica feminina.

A mortalidade juvenil deve ser considerada um problema crônico na América Latina, marcadamente em razão das vidas que são interrompidas em função de envolvimento com o narcotráfico e o crime organizado, confrontos com a polícia, latrocínios, morte por motivo fútil ou banal (tendo muitas vezes por fundamento concepções arraigadas de virilidade), acidentes de trânsito e, em menor grau, também os suicídios. Este é um ponto importante que deveria ser contemplado diante da oportunidade de revisão, ampliação e adaptação da agenda do Cairo aos desafios e especificidades regionais.

## Violência e homicídios juvenis na América Latina

Crianças, adolescentes e jovens são crescentemente protagonistas de casos de violência, quer na posição de *vítimas* ou de *agressores*. Alguns dos países mais populosos da região (Brasil, México, Colômbia e Argentina) recentemente cogitaram, ou estão cogitando, reduzir a idade penal e endurecer as punições aos adolescentes que cometem crimes. Este debate também encontra espaço em países como Uruguai e Peru. O discurso punitivo parece estar ganhando espaço diante do discurso da recuperação e ressocialização na sociedade e nas casas legislativas, colocando em xeque as diretrizes normativas aprovadas na década de 1990 (BENAVIDES, 2011; MUNYO, 2012; VÁZQUEZ, 2012; GARCÍA; ALVARADO, 2013; PAULY; FERREIRA DA SILVA, 2013).

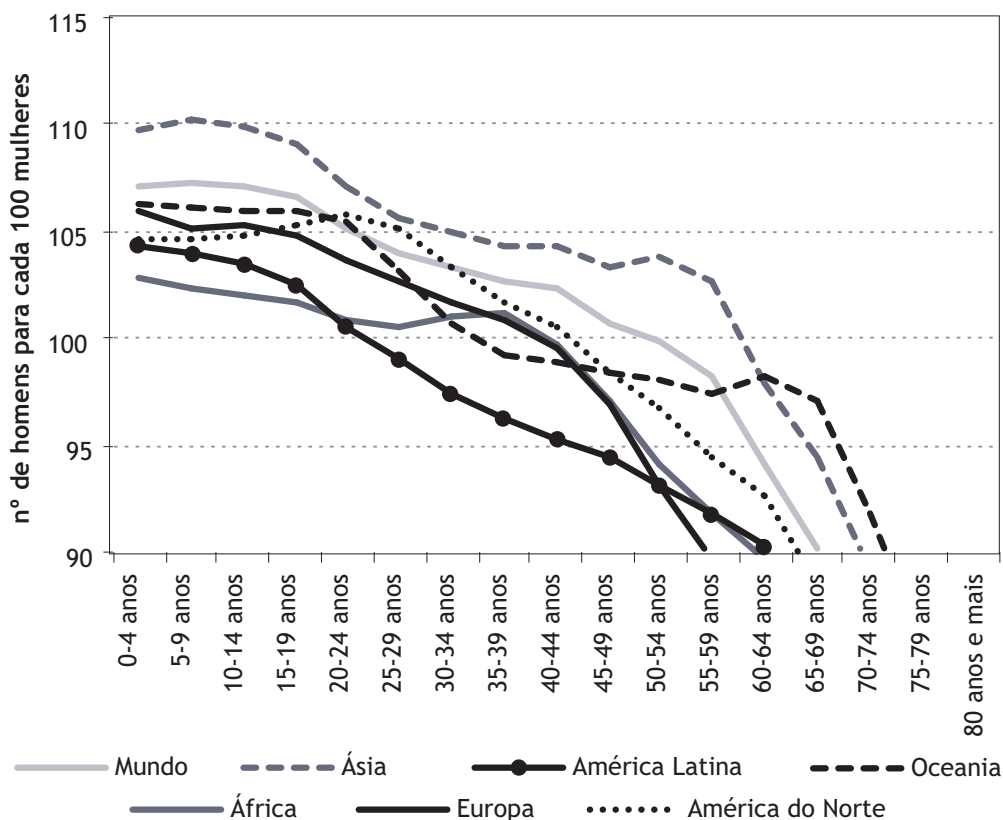
Os indivíduos mais suscetíveis ao envolvimento com o crime guardam, em grande parte, as mesmas características daqueles mais expostos ao risco de morte. A probabilidade de morte durante a adolescência e juventude não se abate com a mesma

intensidade sobre todos os grupos sociais. Da mesma forma como a gravidez na adolescência – amplamente discutida nos meios feministas e na academia – incide diferentemente sobre os indivíduos de acordo com seu grupo social de pertencimento, há também certa seletividade na mortalidade juvenil. Em geral ela tem sexo, cor e um grau de vulnerabilidade diferenciado. De acordo com Felícia Madeira (2006, p. 159):

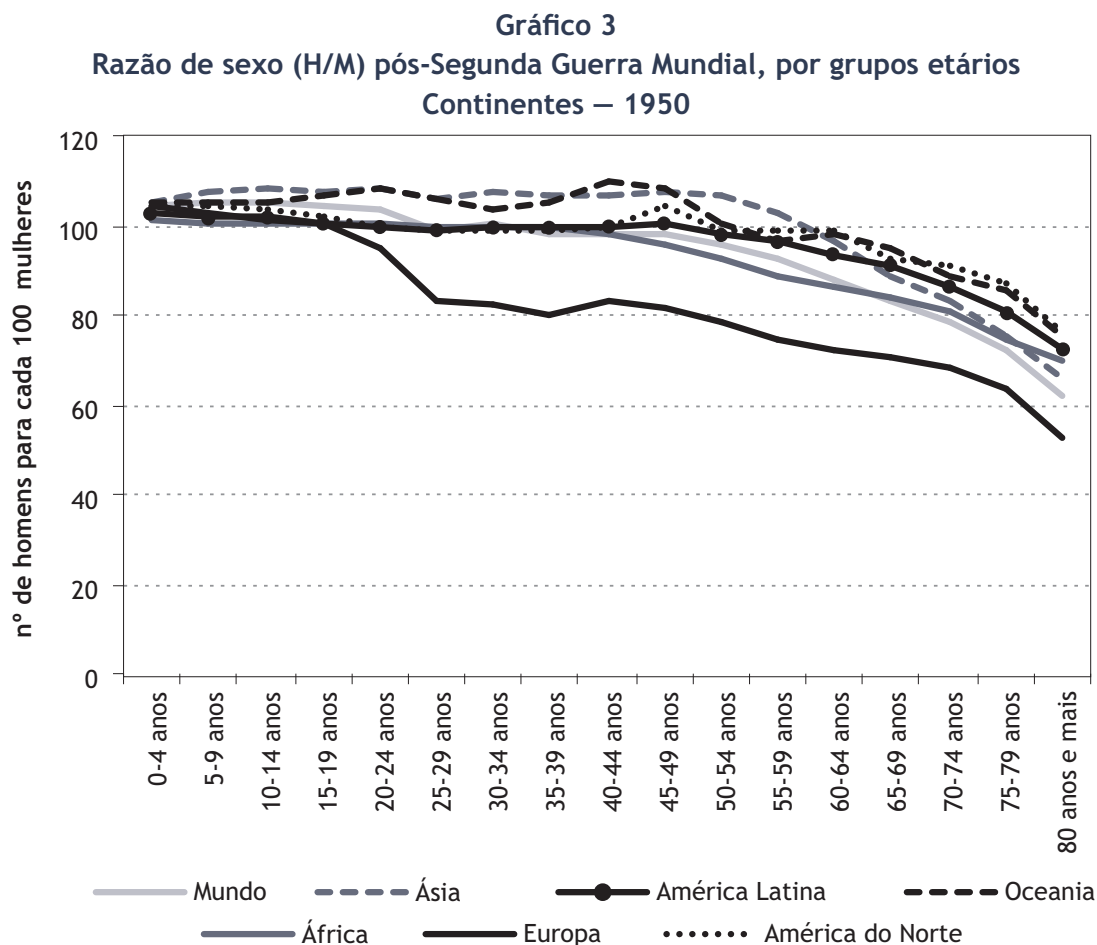
A maternidade precoce entre as jovens é frequentemente considerada como a correspondente dos homicídios entre os jovens do sexo masculino. Ambos seriam resultantes da vulnerabilidade dos jovens às situações de risco porque não conseguem construir um projeto de futuro na precariedade de condições em que vivem.

Como é de amplo conhecimento, em todo o mundo nascem mais homens do que mulheres. Mas a América Latina é onde a inversão da razão de sexo ocorre mais precocemente, sendo a mortalidade por causas violentas um componente explicativo importante deste fenômeno (Gráfico 2). Desequilíbrios na razão de sexo já em idades jovens ocorreram em outros momentos da história, normalmente em decorrência de conflitos armados, a exemplo da Europa pós-Segunda Guerra Mundial (Gráfico 3). Na América Latina, isto não tem acontecido de modo episódico, muito pelo contrário, tem se fixado como um padrão percebido sistematicamente em escala continental e nacional nas últimas décadas.

Gráfico 2  
Razão de sexo (H/M), por grupos etários  
Continentes – 2010



Fonte: United Nations (2011).



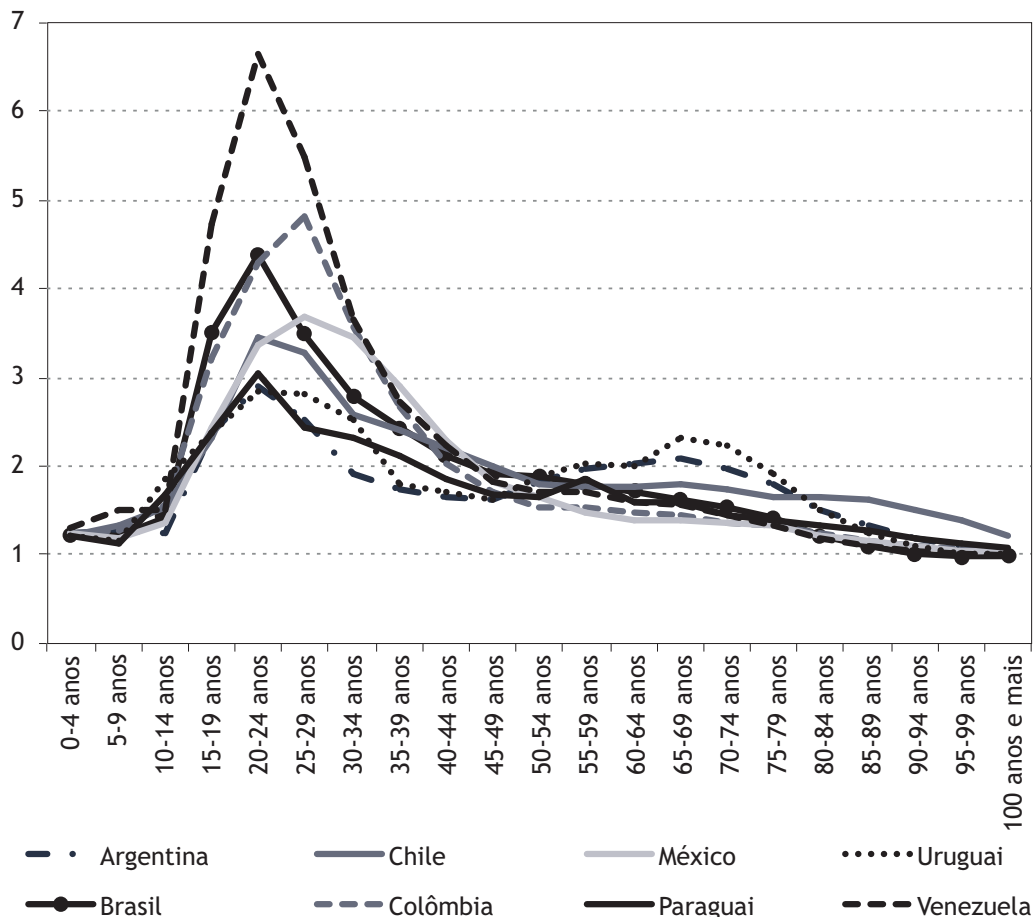
Fonte: United Nations (2011).

Na maior parte do mundo, em praticamente todas as idades, a mortalidade masculina é maior do que a feminina. Notadamente nos anos compreendidos entre a adolescência e a juventude (15 a 29 anos), a taxa de mortalidade masculina costuma ser duas ou três vezes maior do que a feminina. Entretanto, grande parte da população latino-americana, residente em alguns dos países mais populosos da região como Brasil, México, Colômbia e Venezuela, está submetida a uma realidade na qual a sobremortalidade masculina atinge considerável magnitude, podendo ser 4 ou 5 vezes maior do que a mortalidade feminina no mesmo grupo etário. Em casos extremos, como o da Venezuela, a sobremortalidade masculina chegou a ser 6,7 vezes maior que a feminina no grupo de 20 a 24 anos em 2011 (Gráfico 4).

Ao mesmo tempo que é evidente a existência de uma sobremortalidade masculina acentuada nas idades jovens, podemos facilmente observar que a sobremortalidade juvenil em relação aos demais grupos etários é uma questão particularmente relevante na América Latina e no Caribe. Especialmente os homicídios chegam a vitimar 2 até 3 vezes mais jovens (15 a 24 anos) do que pessoas em outras fases da vida (Gráfico 5). Os países com maior taxa de homicídio de jovens são aqueles que também apresentam maior taxa de vitimização – razão entre a taxa de homicídio de jovens e a taxa de homicídio total –, o que indica a alta seletividade da mortalidade por esta causa (WAISELFISZ, 2008). A América Latina tem ocupado lugar de

destaque nos *rankings* de cidades<sup>3</sup> e países mais violentos do mundo, mostrando-se particularmente violenta para os jovens, entre os jovens e contra os jovens.

Gráfico 4  
Sobremortalidade masculina  
Países selecionados – 2011



Fonte: World Health Organization – WHO. Global Health Observatory Data Repository.

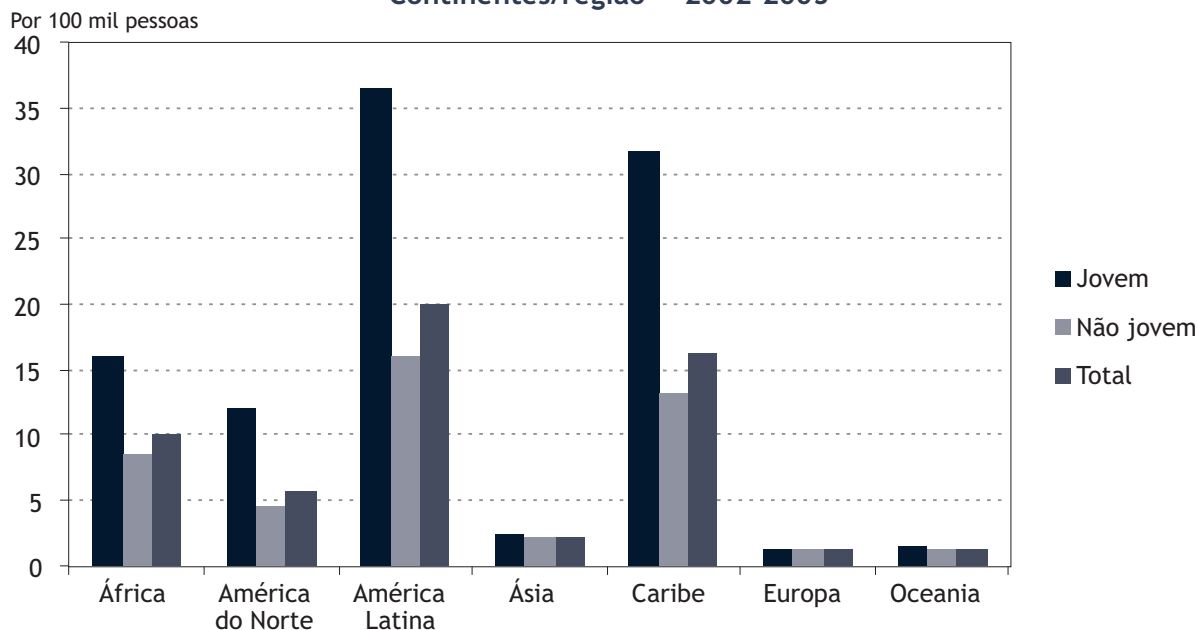
Briceño-León, Villaveces e Concha-Eastman (2008) ressaltam que, embora a América Latina detenha as mais altas taxas de mortalidade violenta em todo o mundo, a distribuição dos homicídios é geograficamente desigual. Brasil, Colômbia, El Salvador, Honduras, México e Venezuela têm sustentado, nos últimos anos, taxas de homicídio muito elevadas, enquanto outros países da região, como Costa Rica, Chile, Argentina e Uruguai, não apresentam o problema com a mesma intensidade. Briceño-León (2005) propõe um modelo explicativo para análise dos fatores relacionados à violência, organizando-os em três níveis. A origem da violência é atribuída a fatores estruturais, referentes ao desenvolvimento econômico, às desigualdades sociais e ao desemprego, por um lado, e ao enfraquecimento de estruturas de controle social relacionados à família e à religião, por outro. Como fatores intermediários, e que

<sup>3</sup> Entre as 50 cidades mais violentas do mundo em 2012, três são sul-africanas, cinco são norte-americanas e 42 são latino-americanas, segundo o Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal (2013).



fomentam a violência, o autor destaca a urbanização acompanhada da segregação socioespacial, o narcotráfico atuando localmente e a ineficiência institucional para prevenção e punição, e ainda, como aspecto cultural, a cultura da masculinidade. Por último, o autor ressalta os fatores que não incidem diretamente, mas que estimulam o comportamento violento e são responsáveis por suas consequências mais severas e fatais: a facilidade para o consumo de álcool; e o acesso a armas de fogo.

**Gráfico 5**  
Taxas de homicídio de jovens e não jovens  
Continentes/região – 2002-2005



Fonte: Waiselfisz (2008).

Nota: São considerados jovens os indivíduos de 15 a 24 anos e não jovens todos os demais indivíduos.

Seguindo algumas dessas pistas, buscamos na próxima seção explorar possíveis relações entre as taxas de homicídio de jovens (15 a 24 anos) em 2004-2005 e indicadores sociodemográficos, socioeconômicos, de gênero e de percepção sobre democracia, corrupção, autoridade, drogas e narcotráfico, considerando dados de dez países latino-americanos. O critério de seleção dos países pautou-se unicamente na disponibilidade de dados em anos próximos do período 2000-2005. Os países selecionados foram: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México,<sup>4</sup> Uruguai e Venezuela.

### Por que a América Latina perde tantos jovens?

Diante do exposto anteriormente, esta pergunta é inevitável: por que perdemos tantos jovens, por que conosco e por que agora? Responder a estas indagações vai muito além das possibilidades deste artigo. Mais do que causas, o que apresentamos aqui

<sup>4</sup> Observa-se que, neste período, a taxa de homicídio juvenil mexicana, bem como a taxa de homicídio total, não era particularmente alta dentro do contexto latino-americano. A escalada da violência e dos homicídios foi deflagrada a partir de 2008. A taxa de homicídio juvenil que havia se mantido praticamente abaixo de 10 por 100 mil até 2007, em 2010 superou a marca de 25 óbitos por 100 mil jovens (BANCO MUNDIAL, 2012).



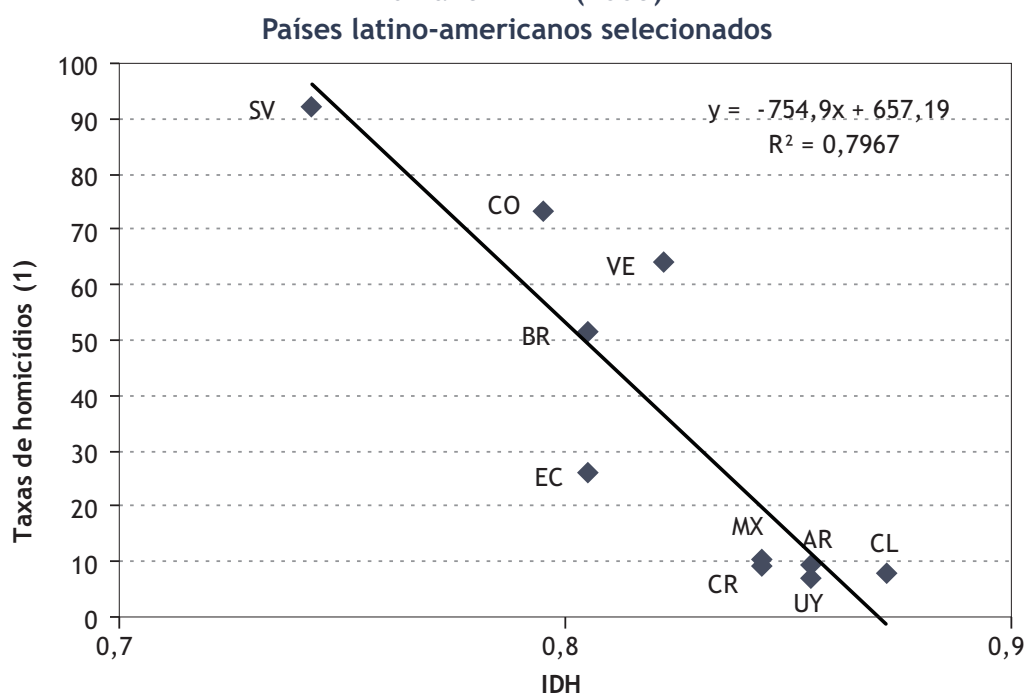
são evidências da existência ou não de associações entre as taxas de homicídio de jovens e as características sociodemográficas, socioeconômicas e contextuais.

A violência de forma geral e os homicídios em particular são fenômenos multidimensionais que irrompem em virtude de uma complexa combinação de fatores diversos. Levando em conta as numerosas dimensões da violência, consideramos indicadores sobre fatores que, de uma forma ou de outra, compõem essa complexa cadeia de causalidade da violência na América Latina. Para tanto, exploramos uma diversidade de fontes de informações (Quadro 1), que não somente incorporassem indicadores relacionados a dimensões socioeconômicas e estruturais, tais como índices de desenvolvimento humano, de desigualdade social e poder de incorporação de jovens no sistema produtivo, mas também pudessem dar pistas sobre dimensões socioculturais, como desigualdade de gênero, ou ainda sobre o apreço da população por valores democráticos, baseados em pesquisas de opinião e de percepção. Os resultados obtidos estão expostos no Quadro 1.

Ainda que este exercício considere um número reduzido de países latino-americanos, e período específico, indicadores de desenvolvimento (IDH) e de pobreza apresentam forte correlação com as taxas de homicídio de jovens (Gráficos 6 e 7), ao contrário do índice de desigualdade econômica (Gráfico 8).

Gráfico 6

Correlação entre taxa de homicídio de jovens (2004-2005) e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2005)



Fonte: Waiselfisz (2008); PNUD.

(1) Por 100 mil jovens de 15 a 24 anos.

Nota: AR – Argentina; BR – Brasil; CL – Chile; CO – Colômbia; CR – Costa Rica; EC – Equador; MX – México; SV – El Salvador; VE – Venezuela; UY – Uruguai.

Quando se contrasta a correlação entre taxa de homicídio de jovens com a extrema pobreza e aquela com a desigualdade na distribuição de renda, salta aos olhos certa particularidade de Brasil, Venezuela e El Salvador. A julgar pelo nível de desigualdade

na distribuição de renda da população, Venezuela e El Salvador têm taxas de homicídio de jovens acima do esperado, enquanto o Brasil, pela proporção de domicílios indigentes, era de se esperar taxas de homicídio de jovens mais baixas. Da mesma forma, ao contrário do esperado, os índices de desemprego geral e entre jovens não se mostraram relevantes para apontar a diferenciação quanto à violência juvenil entre esses países, em meados dos anos 2000 (Quadro 1).

Quadro 1  
Correlação entre taxas de homicídios de jovens e indicadores selecionadas

Dimensão (1)	Indicadores	Fonte	Correlação de Pearson (r)	
Macroestrutural	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	PNUD, 2005	-0,89	ALTA
	% de domicílios indigentes	CELADE, 2001-2003	0,75	ALTA
	% de domicílios pobres	CELADE, 2001-2003	0,72	ALTA
	Mortalidade infantil	CELADE, 2005-2010	0,71	ALTA
	% de jovens que não estudam e não trabalham (2)	Censos anos 2000 IPUMS	0,41	MODERADA
	Índice de Gini (3)	World Bank, 2000-2002	0,37	MODERADA
	Desemprego	CEPAL, 2002	0,06	BAIXA
	Desemprego masculino 15-24 anos (2)	Censos anos 2000 IPUMS	0,01	BAIXA
Mesossocial	Taxa de fecundidade adolescente	PNUD, próximo a 2000	0,89	ALTA
	Índice de desigualdade de gênero (4)	PNUD, próximo a 2000	0,73	ALTA
	Idade à união (SMAM para mulheres) (5)	Censos anos 2000 IPUMS	-0,51	MODERADA
	Idade à união (SMAM para homens) (5)	Censos anos 2000 IPUMS	-0,47	MODERADA
	Índice de democracia (6)	Freedom House (CEPAL), 2002	0,64	MODERADA
	% Pop. que aceita certo grau de corrupção desde que se solucionem os problemas do país	Latinobarômetro, 2000-2002	0,53	MODERADA
	Autoridade – % que gostaria que houvesse mais respeito à autoridade	Latinobarômetro, 2000-2002	0,44	MODERADA
	% que acredita faltar coisas por fazer para que exista democracia	Latinobarômetro, 2000-2002	0,44	MODERADA
Facilitadores	Drogas – % que sabe de alguém que já participou de compra/venda de drogas	Latinobarômetro, 2000-2002	-0,19	BAIXA
	Drogas – % que conhece pessoas que usam drogas regularmente	Latinobarômetro, 2000-2002	0,05	BAIXA

(1) Esta categorização não é exaustiva e tampouco exclusiva, já que as dimensões e indicadores estão interconectados.

(2) Embora alguns países já adotem como limites etários da juventude 15-29 anos, foi mantido o recorte 15-24 anos utilizado no *Mapa da Violência: os jovens da América Latina 2008*, fonte de onde foram extraídas as taxas de homicídio juvenil.

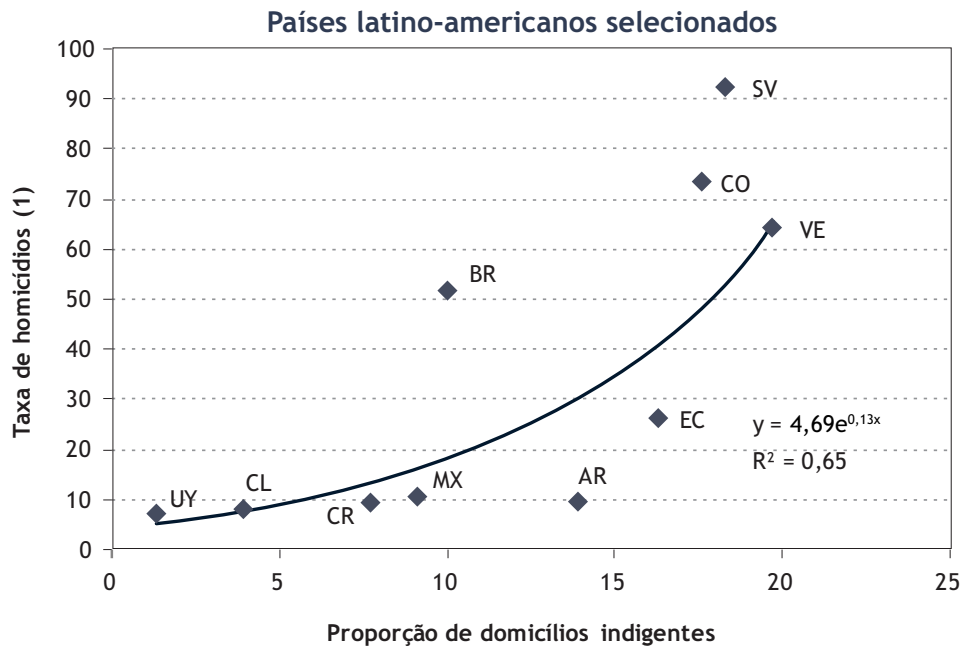
(3) Medida de desigualdade na distribuição de renda em uma população (próximo a zero indica maior igualdade, próximo a 100 indica maior desigualdade).

(4) Considera as desvantagens femininas em três dimensões: saúde reprodutiva, mercado de trabalho e empoderamento. Quanto maior o índice, maior a desigualdade de gênero.

(5) Idade à união (*singulate mean age at marriage* – SMAM), que pode ser considerado um dos indicadores que sinalizam o quão “cedo” ou “tarde” as pessoas assumem responsabilidades familiares em uma sociedade.

(6) Média simples de indicadores de liberdade civil e direitos políticos. Resulta em uma escala de 1 a 7, onde 1 = livre e 7 = não livre. O indicador de liberdade civil considera liberdade de expressão e crença, direitos de associação e organização, império da lei, autonomia pessoal e direitos individuais. O indicador de direitos políticos considera o processo eleitoral, pluralismo político, participação política e funcionamento do governo.

**Gráfico 7**  
Correlação entre taxa de homicídio de jovens (2004-2005) e proporção de domicílios indigentes (2001-2002)

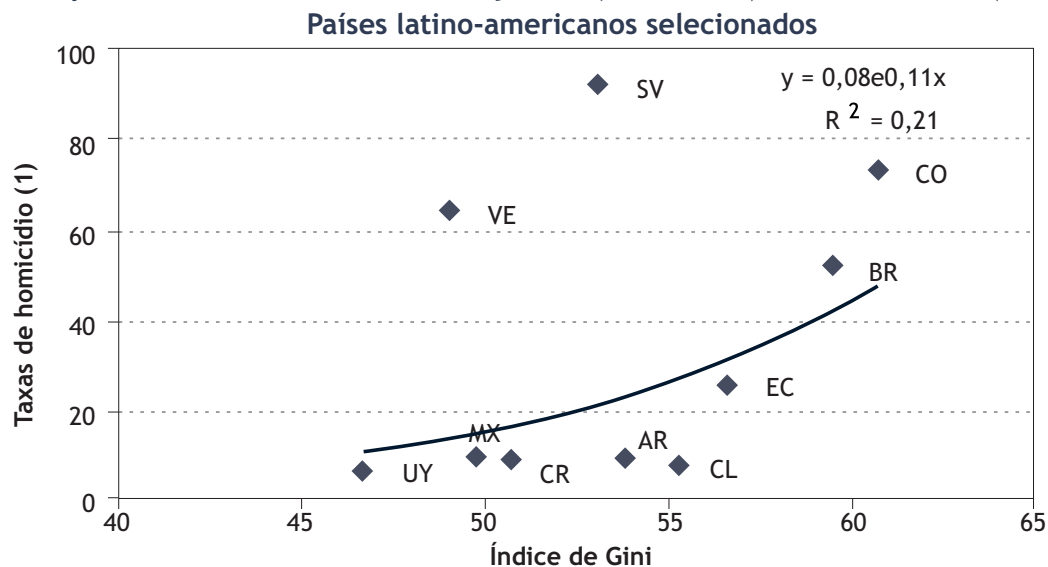


Fonte: Waiselfisz (2008); Celade (2001-2003).

(1) Por 100 mil jovens de 15 a 24 anos.

Nota: AR – Argentina; BR – Brasil; CL – Chile; CO – Colômbia; CR – Costa Rica; EC – Equador; MX – México; SV – El Salvador; VE – Venezuela; UY – Uruguai.

**Gráfico 8**  
Correlação entre taxa de homicídio de jovens (2004-2005) e índice de Gini (2000-2002)



Fonte: Waiselfisz (2008); World Bank (2000-2002).

(1) Por 100 mil jovens de 15 a 24 anos.

Nota: AR – Argentina; BR – Brasil; CL – Chile; CO – Colômbia; CR – Costa Rica; EC – Equador; MX – México; SV – El Salvador; VE – Venezuela; UY – Uruguai.

A análise de indicadores aqui considerados representantes de dimensões intermediárias, mais próximas de questões socioculturais, nos remete ao teor do texto que emergiu a partir da Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, com ênfase na questão da saúde sexual (abarcando o planejamento familiar). Nota-se alta

correlação entre homicídios de jovens e a fecundidade adolescente, corroborando a afirmação de Madeira (2006) mencionada anteriormente. Os países que mais perdem jovens vítimas de homicídios também são aqueles que enfrentam maiores desafios no que se refere à fecundidade adolescente (Gráfico 9).

Para entender melhor como se dá esta relação, a voz dos próprios jovens é bastante esclarecedora:

A minha mãe era um dos casos em que eu não podia vir para a Casa do Zezinho [organização educacional e assistencial]. Para ela eu tenho que crescer, logo que dar os 18 anos, eu tenho que engravidar, ter minha família, sair de casa para não dar trabalho para ela. Agora eu comecei a estudar, terminei a escola, estou no segundo ano da faculdade. Eu estou mostrando para minha mãe e pra quem está perto de mim que eu não vou ficar nisso. Eu vou crescer, vou ajudar quem está perto de mim, vou dar a maior força pra todo mundo que é da minha casa. (*Fernanda, jovem assistida pela organização social sem fins lucrativos Casa do Zezinho, em depoimento para o documentário A Ponte*).<sup>5</sup>

Tenho quatro irmãs mais velhas. Eu sou o caçula. Então a visão do meu pai é que eu era o único que tinha que trabalhar para colocar uma ajuda a mais dentro de casa. E eu era muito novo, então a única solução era o que? Vender alguma coisa. Eu já vendi refrigerante em feira, já tomei conta de carro em estacionamento [...] (*Wesley, jovem assistido pela organização social sem fins lucrativos Casa do Zezinho, em depoimento para o documentário A Ponte*).

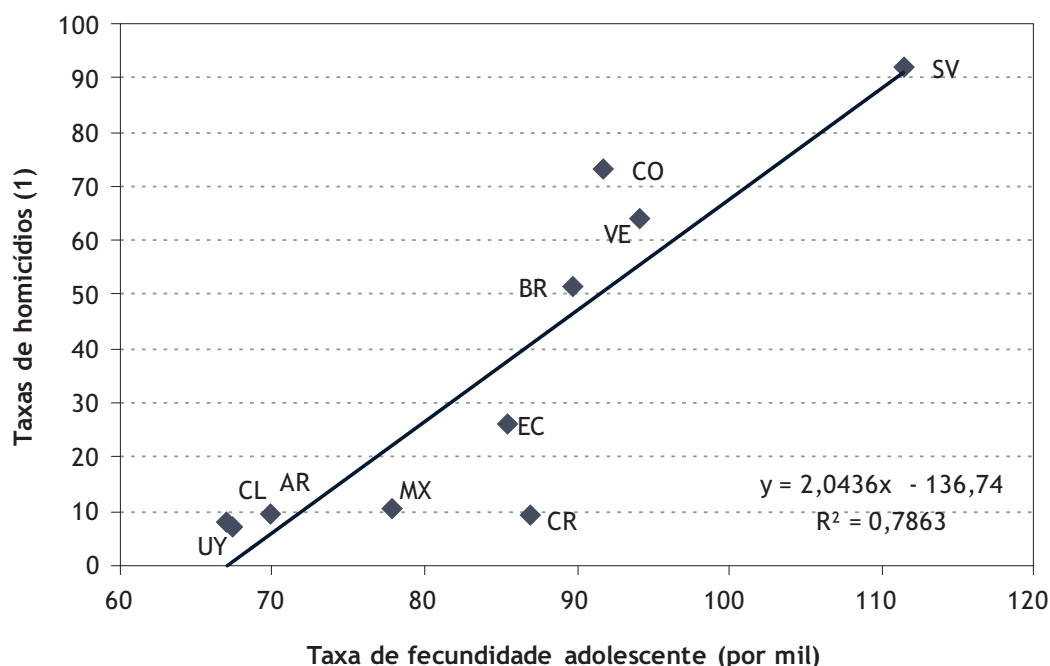
Estes relatos atestam a necessidade de romper com representações de gênero ainda muito arraigadas que contribuem para a reprodução intergeracional da maternidade na adolescência e a cobrança sobre os garotos para que contribuam financeiramente para o sustento da casa. Trazer dinheiro para a casa é tarefa que os meninos interiorizam desde cedo, assim como as meninas interiorizam o papel de cuidadoras e de responsáveis pelos afazeres domésticos.

Nos casos em que a necessidade de ganhar dinheiro se dissocia do trabalho lícito, o aliciamento de adolescentes pelas organizações criminosas avança a passos largos. Em *Vidas arriscadas: o cotidiano dos trabalhadores do tráfico*, Feffermann (2006) narra a trajetória de jovens que, na procura incansável por meios de subsistência, encontram no narcotráfico uma forma de vender sua força de trabalho. O narcotráfico não faz qualquer exigência de escolaridade ou boa aparência, basta submeter-se a jornadas de trabalho que podem ultrapassar 12 horas seguidas sem descanso, obedecer a uma rígida hierarquia, além da lei do silêncio, e principalmente estar disposto a arriscar a própria vida ao ponto de poder vê-la interrompida

<sup>5</sup> *A Ponte* (2006). Realização Instituto Ruhka / Sindicato Paralelo. Direção: Roberto T. Oliveira e João Wainer. 42 min. Disponível em: <<http://vimeo.com/14814248>>. Acesso em: 21 set. 2013. O documentário retrata a desigualdade social na Zona Sul de São Paulo, tendo como cenário as duas margens do Rio Pinheiros, que separa favelas de bairros de classe média. O fio condutor é o surgimento e trajetória da Organização Social Casa de Zezinho, a ponte, tentando permitir a comunicação e novas oportunidades nos dois lados do rio.

precocemente por morte ou detenção. Santos (2007) destaca que a entrada de jovens em organizações criminosas e o comportamento de expor a si próprio sistematicamente ao risco de morte têm a ver com o desejo de alcançar autonomia econômica e distinção social, quando parece inviável realizar estes objetivos pelas vias socialmente aceitas.

**Gráfico 9**  
Correlação entre taxa de homicídio de jovens (2004-2005) e taxa de fecundidade adolescente (2000-2002)  
Países latino-americanos selecionados



Fonte: Waiselfisz (2008); PNUD.

(1) Por 100 mil jovens de 15 a 24 anos.

Nota: AR – Argentina; BR – Brasil; CL – Chile; CO – Colômbia; CR – Costa Rica; EC – Equador; MX – México; SV – El Salvador; VE – Venezuela; UY – Uruguai.

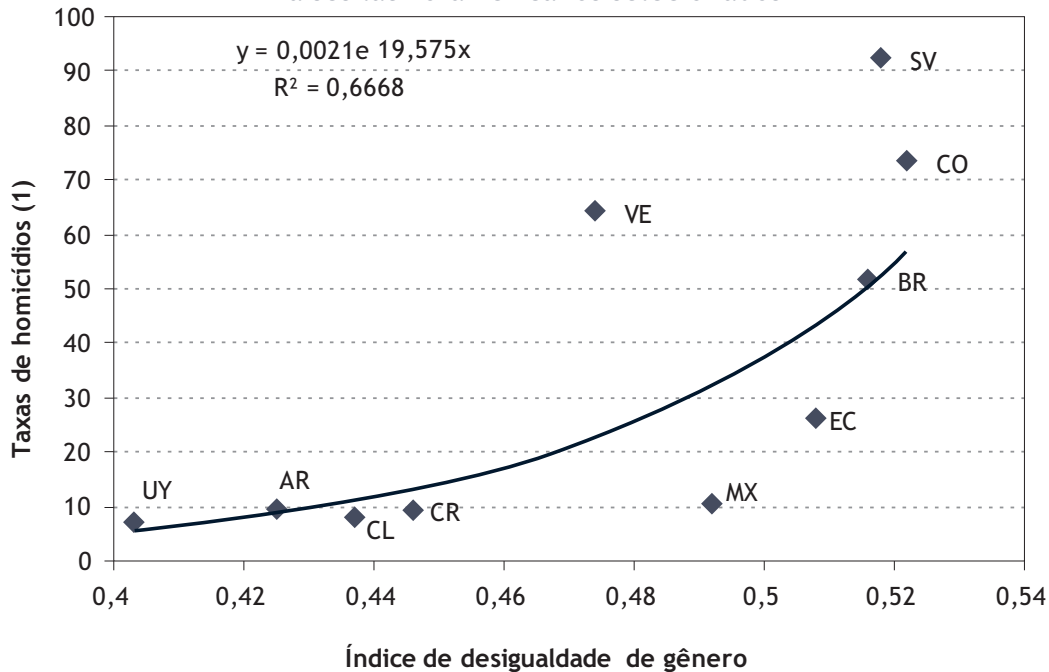
Assim como a fecundidade adolescente, a desigualdade de gênero reflete contextos de forte inequidade social, penalizando adolescentes de ambos os sexos, cujas trajetórias de vida são ainda muito marcadas pelos papéis de gênero, cabendo às meninas/mulheres a reprodução da vida e aos meninos/homens a produção, mesmo que, em contextos de elevada exclusão e desigualdade, esta produção esteja direcionada ao tráfico, ou a outras formas ilícitas de fazer dinheiro e impor respeito junto aos pares (Gráfico 10).

Ainda na dimensão referente a fatores socioculturais, vale destacar as associações positivas, embora moderadas, entre indicadores que apontam complacência com a corrupção e a falta de liberdade civil e direitos políticos.

É claro que para ampliar as possibilidades de compreensão sobre a rede de fatores imbricados no fenômeno, é necessário considerar especificidades de cada país, como

as formas e abrangência da atuação do narcotráfico, por um lado, e a estrutura dos sistemas nacionais de segurança pública, prisional e jurídico, por outro.<sup>6</sup>

**Gráfico 10**  
Correlação entre taxa de homicídio de jovens (2004-2005) e índice de desigualdade de gênero (2000)  
Países latino-americanos selecionados



Fonte: Waiselfisz (2008); PNUD.

(1) Por 100 mil jovens de 15 a 24 anos.

Nota: AR – Argentina; BR – Brasil; CL – Chile; CO – Colômbia; CR – Costa Rica; EC – Equador; MX – México; SV – El Salvador; VE – Venezuela; UY – Uruguai.

## Considerações finais

No período posterior à realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), a América Latina conquistou importantes avanços no sentido de redução da pobreza e crescimento econômico. Entretanto, estas conquistas ainda não tiveram impacto positivo sobre a diminuição duradoura da violência e, especialmente, dos homicídios de jovens. A sensação de falta de segurança e a perda repentina e irreversível de vidas ceifadas tão precocemente representam um desafio que impõe custos econômicos, demográficos, emocionais e morais. Econômicos porque, como vimos no caso brasileiro, tem poder de afetar o PIB; demográficos porque gera desequilíbrios na razão de sexo e impacta a expectativa de vida, sobretudo, masculina; emocionais porque as famílias de vítimas e agressores estarão marcadas para sempre; e morais, pela sensação de impotência e abatimento coletivo que a violência costuma causar.

<sup>6</sup> Nesse sentido, vale destacar estudos recentes sobre a violência policial relacionada à mortalidade dos jovens na América Latina, entre os quais se destaca o *Informe 2013 da Anistia Internacional: o estado dos direitos humanos no mundo*. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/pt-br/region/brazil/report-2013#section-9-4>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

Crescimento econômico, expressão da geração de riqueza, é meio para alcançar os objetivos maiores que valorizamos. Portanto, o crescimento econômico, em si mesmo, não pode ser meio e fim. É neste sentido que um dos economistas mais respeitados da atualidade, Amartya Sen (2000), propõe que as sociedades passem a conceber o desenvolvimento não mais como crescimento econômico, mas sim como liberdade. Não há liberdade onde não existem oportunidades, não há liberdade onde não existe o direito de ir e vir sem risco de sofrer violência, não há liberdade onde existem tensões sociais não resolvidas. Sociedades fragmentadas, brutalmente desiguais, exclusivistas e nas quais não há o compromisso de recompor os laços sociais e reverter o processo de *desfiliação*<sup>7</sup> não são plenamente livres.

Conquistar a plena liberdade deve ser um objetivo político. Faz parte desta jornada reduzir os índices de violência cuja face mais dramática deixa-se ver nas taxas de homicídio. Se adotar a redução da mortalidade infantil como meta no documento final da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento facilitou as condições políticas para o expressivo decréscimo dos óbitos no primeiro ano de vida, a inserção de metas similares para baixar as taxas de homicídio de jovens poderia gerar o ambiente político necessário para promover o monitoramento sistemático deste indicador, a rediscussão de políticas de segurança pública e recuperação de jovens, bem como projetos e modelos de ampliação das estruturas de oportunidades abertas aos jovens.

## Referências

- BANCO MUNDIAL *La violencia juvenil en México: reporte de la situación, el marco legal y los programas gubernamentales*. Documento preparado por el equipo para la Prevención de la Violencia (Departamento de Desarrollo Social) y el equipo de Seguridad Ciudadana para Latino América y el Caribe del Banco Mundial, junho 2012.
- BENAVIDES, F. S. Sujetos invisibles, pensamiento criminológico y seguridad. *Revista Logos. Ciencia & Tecnología*, v. 3, n. 1, jul.-dez. 2011.
- BRANDÃO, A. A. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. *Emancipação*, v. 2, n. 1, 2002.
- BRICEÑO-LEÓN, R. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, nov.-dez. 2005.
- BRICEÑO-LEÓN, R.; VILLAVECES, A.; CONCHA-EASTMAN, A. Understanding the uneven distribution of the incidence of homicide in Latin America. *International Journal of Epidemiology*, n. 37, 2008.

<sup>7</sup> Desfiliação é um conceito sociológico aplicado às situações nas quais o indivíduo não compartilha com os demais as estruturas que atribuem sentido e significado à vida. O sujeito *desfiliado* não é um marginalizado, porque ele não está à margem, não está fora da sociedade. Pelo contrário, ele está inserido na hierarquia social – mas distante do polo de coesão social – em uma posição que não lhe permite atribuir e compartilhar de um sentido social comum (BRANDÃO, 2002).



- CAMARANO, A. A. et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? **Boletim de Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, n. 21, fev. 2003.
- CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. Custo da juventude perdida no Brasil. In: SEMINÁRIO JUVENTUDE E RISCO: PERDAS E GANHOS SOCIAIS NA CRISTA DA POPULAÇÃO JOVEM, julho 2013. Versão preliminar.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y JUSTICIA PENAL. **Seguridad, justicia y paz**. Ranking de las 50 ciudades más violentas del mundo en 2012. México: Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal, 2013. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/view.download/5/163>>. Acesso em: 21 set. 2013.
- FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GARCÍA, J. C.; ALVARADO, J. E. La disminución de la edad de imputabilidad penal: ¿solución efectiva frente la delincuencia juvenil? **Derecho y Cambio Social**, janeiro 2013.
- GUZMAN, J. M. et al. The Demography of Latin America and the Caribbean since 1950. **Population**, v. 61, n. 5-6, 2006.
- ICDP/NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – Plataforma de Cairo**. Nova York: Nações Unidas, 1994.
- MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- MUNYO, I. **Los dilemas de la delincuencia juvenil en Uruguay**. Montevideo: Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social – Ceres, setembro 2012.
- PAULY, E. L.; FERREIRA DA SILVA, G. A redução da idade penal e as teorias raciais: o retorno de um debate político-pedagógico que se pensava superado. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 11, 2013.
- SANTOS, J. V. T. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World population prospects: the 2010 revision**. New York, 2011.

VÁZQUEZ, L. D. Acercamiento estadístico a la realidad de los menores infractores en México: legislación y crimen organizado, nuevos desafíos. **Universitas Psychologica**, v. 11, n. 4, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência: os jovens da América Latina 2008**. São Paulo: Instituto Sangari, 2008.